

ATA da 246ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

DIA, HORA E LOCAL DA REUNIÃO

Realizou-se na data de 14 de setembro de 2022, quarta-feira, sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães de Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro a 246ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, com início às 10:14h, de forma híbrida – presencial (prédio da SVMA), e virtual pela plataforma Microsoft Teams, convocada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

PAUTA

1. Aprovação da Ata da 245ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;
2. Apresentação do Edital Programa PSA Mananciais, pelo Sr. Antônio José Faria da Costa, Coordenador da Comissão Permanente Intersecretarial de Implantação do referido programa;
3. Apresentação sobre o Plano Diretor de Drenagem do Município, pelos Srs. Pedro Algodual e Flavio Conde, Engenheiros do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras;
4. Sugestões de temas de pauta para futuras reuniões do CADES.

PARTICIPANTES

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES
Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA
Antonio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS
Pedro Luiz de Castro Algodual – Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras
Flavio Conde - Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras
Pedro Caique Leandro do Nascimento - SGM
Patrícia Marra Sepe - SMUL
Janaina Soares Santos Decarli – SMT
Douglas de Paula D Amaro – SIURB
Monica Massumi Hosaka - SMS
Tatiane Felix Lopes – SMSUB
Licia Mara Alves de Oliveira Ferreira - SMC
Wagner Gomes Salomão – SMJ

Cleusa Guimarães – SMJ
Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA
Vivian Prado Fernandes – CPA/SVMA
Juliano Ribeiro Formigoni – CLA/SVMA
Priscila Socudo Diniz – CFA/SVMA
Davi de Souza Lima – MMA
Rossana Borioni – MMA
Vivian Marrani de Azevedo Marques – SIMA
Alessandro Luiz Azzoni – OAB
Carolina Angelozi Lima - OAB
Marco Antônio Lacava – CMSP
Fatima Cristina Faria Palmieri – UGT
Carlos Alberto de Moraes Borges – FECOMERCIO
Beatriz Messender Sanchez – ACSP
Tereza Cristina Mesquita – Associação De Moradores Do Parque Vera Cruz No
Estado De São Paulo
Jaciera Schaffer Rocha - SAJAPE
Maria do Carmo Lofti – CIRANDA
José Ramos de Carvalho - APGAM
Delaine Guimarães Romano – Fórum Para Desenvolvimento Da Zona Leste
Oswaldo Fernandes da Silva – Instituto Brasileiro Lixo Energia Verde
Angelo Iervolino – SAL

Convidados:

Michele Fernanda Vicente Oliveira – SMRI
Ivanilton Pereira da Silva - SMRI
Rosângela Souza – CADES Campo Limpo

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Senhores Conselheiros e Conselheiras, bom dia, demais presentes igualmente. Na qualidade de Presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente dou então agora às 10h14min. início a 246ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo (CADES) convocado nos termos do Artigo 7º do Regimento Interno resolução nº 140/CADES2011 que se realiza na data de hoje, 14 de setembro de 2022, quarta-feira, de forma híbrida com acesso online pela plataforma Microsoft Teams e presencial na sala de reuniões nesse prédio da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.

Vou passar agora a palavra para nossa Coordenadora Geral a Liliane Neiva Arruda Lima, para darmos início a nossa pauta do dia. Muito obrigado e que a nossa reunião seja profícua, um abraço.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Bom dia a todos os presentes aqui, nossos Conselheiros, nossa reunião começou hoje com o primeiro informe do dia. Informamos para devidos fins que conforme protocolo da carta de renúncia ficamos nesse ato constatado em ATA a renúncia e afastamento da Conselheira Priscila Socudo

Diniz, representante da Coordenação de Fiscalização Ambiental (CFA) do cargo de membra da Câmara Técnica II - Obras Viárias Drenagem e Transporte. Dessa forma dar a presente comunicação. Prosseguimos a nossa reunião porque que a Priscila, como passou agora para parte do Gabinete, então ela fez a renúncia dela com todo direito. E então vamos deixar aberto aqui para novos Conselheiros.

Priscila Socudo Diniz – CFA/SVMA: Obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada você Priscila, mas seja bem-vinda, você ainda é nossa Conselheira do CADES, do CFA. Inserção de pauta. Sr. Presidente pela ordem gostaria de fazer uma inclusão na pauta para dar posse aos novos Conselheiros representantes do CADES, conforme substituições realizadas por portaria e designação SGM 261, dia 6 de setembro de 2022. Dessa forma pela competência passo a palavra nosso Presidente Carlos Vasconcelos para mesa e para dar posse aos novos Conselheiros.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lamentando a saída da Priscila, esperamos que o novo representante seja tão simpático e tão bom quanto ela e vamos á posse dos novos Conselheiros. Eu gostaria de desejar as boas-vindas a todos os nossos novos Conselheiros e Conselheiras e é uma grande honra e privilégio meu empossá-los e saber que a participação de vocês só vai somar ao nosso grupo, sendo assim, para proceder com a posse dos novos membros desse Conselho faço a leitura do nome dos Conselheiros e Conselheiras designados pela portaria SGM nº 261 de 6 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo bem como as Secretarias representadas. Pelo poder público, representando a Secretaria Municipal de Justiça teremos o titular Wagner Gomes Salomão e a suplente Cleusa Guimarães. Pela Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura da Paz, SVMA UMAPAZ teremos a suplente Giovana Barbosa de Souza. Pelo Ministério do Meio Ambiente Federal teremos a suplente Rossana Borioni, depois ela me corrija se eu tiver pronunciado errado, sendo assim, Conselheiros e Conselheiras empossados agora, pelo presente nesta reunião gostaria de questioná-los se vocês têm alguma observação ou manifestação peça que aqueles que quiserem se manifestar, por gentileza, informe para que a gente faça constar nas notas taquigráficas. Por favor alguma notificação?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Pela ordem Secretário, a Giovana Barbosa de Souza, nós vamos dar posse para ela na próxima reunião do CADES, porque ela não está presente.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Não tem problema.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Meire, por favor.

Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA: Bom dia a todos. Não, eu ia falar exatamente isso, a gente estava com pauta dupla e a gente teve que se dividir para poder dar conta das demandas.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: A sua presença é sempre bem-vinda, Meire.

Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA: (risos) obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom... Rossana, é Rosana ou Rossana?

Rossana Borioni – MMA: Então, começando pelo nome, é Rossana Borioni (risos)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Rossana Borioni, está bom, perfeito Rossana. Muito obrigado e desculpe se a pronuncia saiu errada.

Rossana Borioni – MMA: Não, não, imagina, que isso... só para fazer uma apresentação rápida, sou Analista Ambiental do Ibama de São Paulo, trabalho no núcleo de licenciamento e sou bióloga, ok. E qualquer informação referente a Esfera Federal pode contar comigo e para as outras questões da pauta, para o debate também será, que vai evoluir no CADES, é isso é só minha apresentação.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Então, mais uma vez, muito bem-vinda Rossana. Todos os Conselheiros, Conselheiras e os nossos colaboradores já sabem, a nossa porta, minha porta em especial está sempre aberta e nosso telefone, e-mail, está sempre à disposição, então, fica à vontade você e todos os outros novos membros são muito bem-vindos ao Conselho, tá bom. Liliane, então se as manifestações finalizaram prosseguimos com a pauta.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Seja bem-vinda Rossana, conta com a gente tá. Passando para o primeiro ponto do expediente: Aprovação da ATA da 245ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Dessa forma vamos colocar em votação o referido item. Os Conselheiros e Conselheiras que concordarem com aprovação da presente ATA permaneçam como estão ou discordam por favor, levante a mão.

Após a contagem de voto, aprovada unanimemente a nossa ATA. Passamos agora para o segundo ponto do expediente: Apresentação do edital do PCA Mananciais revisado pelo Senhor Antônio José Faria da Costa, Coordenador da Comissão Permanente da Intersecretarial e Implementação do referido programa. Essa apresentação foi feita na reunião do CADES, ainda desse mês e a consideramos importante, solicitamos a Coordenadora Tamires, da Coordenadora e Gestão de Parques da Biodiversidade Municipal (CGPAB) juntamente com Senhor Antônio Faria que fosse realizada a apresentação aos Conselheiros do CADES, para vocês ficarem cientes que foi aprovado pelo CONFEMA, sendo assim, passa a palavra ao nosso Coordenador, o Sr. José Faria da Costa, que é o “Toni” nosso.

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Olá, bom dia a todos.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Bom dia Toni.

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Bom, vou me apresentar primeiramente. Obrigado Liliane pela (som ininteligível)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Está com microfonia, tá. Tem mais gente ligado aí? Precisa desligar.

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Na Prefeitura Municipal, Analista de Políticas Públicas de Ação Governamental, lotado aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, então passo a ser o Técnico do gabinete e estou lidando com os planos verdes né. Planos Verdes que estão aqui sob nossa competência (som ininteligível) na Secretaria. Então estou acompanhando, dando aquele (som ininteligível) tão importante para as pessoas retomarem depois de dois anos de pandemia né.

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Ficou mudo seu... (Fala interrompida)

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ficou mudo, Toni. Está mudo. Pessoal, está mudo...

Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA: Toni, você está sem microfone.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ele não está ouvindo, melhor ligar para ele. Lili, tenta dar uma ligadinha lá para o Toni, por favor... Coisas da tecnologia (risos) vamos lá. Alguém consegue falar com ele e ele já volta. Desculpa viu.

Meire Aparecida Fonseca de Abreu – UMAPAZ/SVMA: Lili, vocês estão me ouvindo gente?

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Eu estou ouvindo você e o Carlos, Meire. É a Jaciara, bom dia.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Oi. Tenta ligar para o Toni, ele está na reunião, só que o microfone dele ficou mudo, tem que avisar ele. Obrigado.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: O microfone do Toni está desligado, a gente está ligando.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Toni? Está de volta?

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Oi. Vocês ouviram alguma coisa?

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Não, não ouvimos. Tem que começar, por gentileza.

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Então vamos recomeçar. Meu nome é Antônio José Faria da Costa, eu sou APPGG, uma nova carreira criada na Prefeitura de São Paulo, Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental estou lotado aqui na Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Agora vocês estão me ouvindo? Desde que eu cheguei aqui no final de janeiro, eu comecei a trabalhar com os Planos Verdes que estavam parados porque foram produzidos na véspera da pandemia e esses dois anos decretaram uma parada

geral na implementação dos Planos e agora nós estamos retomando aos poucos, e além disso uma nova (som ininteligível) foi a criação, a assinatura do Decreto Municipal 61143, de 14 de março deste ano, pelo Prefeito Ricardo Nunes e criou o PSA Mananciais. Bom, eu vou dizer para vocês que o PSA Mananciais, PSA, como a Política Pública, ele não é uma coisa nova. Ele já vinha sendo debatido muito antes, é um programa que já vem sendo adotado em outros países, em outros estados e tem vários vieses, várias modalidades de PSA, o pagamento de serviços ambientais, ele é uma nova lógica de ação do Estado e prevê não mais ação apenas na ideia de comando e controle, fiscalização, multa. A ideia agora é você estimular e promover Educação Ambiental para os agricultores garantindo a permanência deles no campo porque são eles que garantem que a pressão sobre os remanescentes seja de alguma maneira contida. (Som ininteligível) PSA Mananciais com esse viés que veio com decreto, é um PSA voltado para a fixação do agricultor com acompanhamento de um trabalho de assistência técnica para planejar sua própria propriedade. Esse plano PSA Mananciais, o programa foi criado em janeiro e aí ele tem uma certa característica né, como ele veio (som ininteligível) dos Mananciais a gente teve que adaptar (som ininteligível) o que havia e

Fizemos, estamos montando toda a estrutura né, que eu chamo de implantação da política pública ou assessoria jurídica, criamos comissão jurídica e organizacional, criamos comissões internas, que é uma comissão intersecretarial que participa a Secretaria do Trabalho, Secretaria do Licenciamento e algumas coordenadorias importantes daqui da Secretaria do Verde e Meio Ambiente e uma comissão enxuta né, porque com comissões muito grandes (som ininteligível) uma comissão enxuta para poder dar conta das necessidades que o PSA criou para a gente, PSA Mananciais. Vou fazer uma apresentação rápida do que é o programa PSA Mananciais, como ele foi adaptado, como a Liliane a apresentação (som ininteligível) mais é porque já havia um edital e ele foi adaptado às novas circunstâncias trazidas pelo Decreto e nós observamos a maior parte das características do PSA algo que vem sendo discutido pelo coletivo de servidores envolvidos lá atrás em 2020 nesse desenho do PSA Mananciais e então só para mostrar para vocês como é que foi desenhado e o que tá faltando para colocar o bloco na rua.

Então está aí a apresentação da sutura do programa PSA Mananciais, eu até preferi não entrar nos detalhes do (som ininteligível) é muito detalhe técnico, questão da pontuação, então eu vou passar minha visão em vista do que é que nós pensarmos, que isso é mais importante que vocês compreendam o como é que está desenhado o programa PSA Mananciais. Antes então é necessário que a gente fale dos conceitos prévios né porque o conceito que é muito confundido pelo próprio pessoal da área que são os conceitos dos Serviços Ecossistêmicos e Serviços Ambientais. Hoje em dia a gente faz uma diferença bem clara entre Serviços Ecossistêmicos: são os serviços prestados pela natureza para o ser humano que favorece o desenvolvimento das atividades na Sociedade que são a provisão dos produtos como água, sementes, madeiras, plantas medicinais, a regulação do ambiente, o clima, qualidade do ar, controle da erosão, a fertilidade do solo e o bem-estar gerado pela paisagem e sua beleza cênica para nossa identidade histórica e cultural. Em contrapartida os Serviços Ambientais são as ações empreendidas pelos proprietários, no caso os agricultores, proprietários que vivem em áreas ambientalmente relevantes para conservação do bioma Mata Atlântica, então entre (som ininteligível) ambientais tem a questão da vegetação arbórea, floresta em seus vários estados de conservação, respeito a legislação de áreas permanentes, APPs e reservas legais, o cuidado das matas ciliares, das nascentes, córregos e demais fontes hídricas que por acaso possam, sejam

agraciados de proprietários com córregos que vê-se bem que é cada vez mais escasso né, nossos recursos hídricos e finalmente a prática da agricultura ecológica, que é como eu falei, o PSA também é um projeto de educação ambiental, uma vez que ele prevê que os agricultores façam a conversão, a tentativa que nós temos de convencê-los a converter sua prática, as práticas convencionais para uma Agricultura Ecológica e mais atentamente sustentável. Inclusive com o cultivo de abelhas, apicultura e meliponicultura que são abelhas sem ferrão e também, no caso das silviculturas, da conversão das silviculturas que são culturas de uma única espécie, o mato de eucalipto, por exemplo, para serviços de sistemas agroflorestais recuperando o poder das nativas da Mata Atlântica. Então falado esses dois conceitos, o diferencial do que é Serviços Ecosistêmicos e o que é Serviço Ambiental (som ininteligível) do que é PSA Mananciais. Então o PSA é o pagamento, uma sigla que diz isso, Pagamento por Serviços Ambientais em Área de Proteção e Recuperação de Mananciais, tem na área do Sul de São Paulo e também tem uma parte no Norte da Cidade e mais para frente o PSA Mananciais vai estar focado, como o Decreto propõe que a gente trabalhe com a área, com um terço do nosso território que é a Zona Sul de São Paulo. E trata-se do que exatamente? É um contrato celebrado entre a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente e proprietários ou legítimos possuidores de imóvel, sejam pessoa física ou jurídica em especial na Zona Rural Sul de São Paulo. Então através desse contrato os proprietários passam a receber uma retribuição (monetária ou não) por aqueles que aderirem ao programa por meio do contrato de prestação de serviços ambientais. É o que está previsto dentro das várias etapas do programa, a gente já deve falar sobre isso porque de fato o programa não é só o pagamento, mas ele tem etapas para (som ininteligível) esse território.

Os principais objetivos anunciados no decreto é a realização de ação por parte dos proprietários para fortalecer a capacidade da natureza em proporcionar os serviços ecosistêmicos, ou seja, cuidar da restauração, cuidar das matas ciliares, cuidar das nascentes (som ininteligível). Fazer a manutenção de recuperação, recomposição e enriquecimento dos remanescentes florestais, que muitas vezes foram cortados indevidamente. A recuperação das nascentes, matas ciliares como eu já falei, a recuperação e enriquecimento da área de reserva legal, o plantio de mata nativas (som ininteligível), realização da agricultura familiar, um programa voltado para os Agricultores familiares do Município de São Paulo e a cessão de área para soltura dos animais silvestres. Esses são os pontos elaborados no Decreto. Então como funciona? Quais são as etapas?

A primeira etapa foi a elaboração do edital e demais documentos indispensáveis à implantação, como eu falei, no momento estamos na implantação do programa e ainda não de implementação, esperamos que seja muito em breve. Esses documentos indispensáveis, é o edital, é passar por todos esses (som ininteligível), que são picos de governança, aprovação do edital no Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente que foi realizado recentemente, apresentação do programa para vocês aqui Conselheiros do CADES, aliás é uma honra estar falando com vocês. Sou estudioso em mosaico de unidades de conservação e sempre gostei do tema da Governança. Publicação e divulgação do referido edital, que é o próximo passo com o conseqüente chamar os candidatos interessados em participar, e aí os proprietários vão passar por um processo de validação, habilitação e seleção antes de finalmente assinarem o contrato porque é um contrato (som ininteligível) são 35 propriedades (som ininteligível) no primeiro momento de 70 que pretendem ser habilitadas, a gente pretende habilitar 70 de acordo com a legislação, e desses 70, 35 vão ser selecionadas. Então eles assinam finalmente o contrato que define essas cláusulas do vínculo em referência a

um Plano de Ação Individual, isso é muito importante porque não é assim simplesmente falar “ah eu estou interessado em entrar na nova onda e cuidar da natureza” não é isso. É um projeto de Conservação E Recuperação de Serviços Ambientais que é elaborado juntamente com os técnicos, é um trabalho que já vinha sendo desenvolvido pela Secretaria do, pela ISMO e originalmente passou para Secretaria agora com a recém-criada Coordenadoria de Agricultura na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (SMDET).

Então nós temos lá uma Coordenadoria de Cultura que está organizando, fortalecendo, acho que o trabalho do PSA também contribui para isso, para fortalecer esse serviço de Assistência Técnica Municipal e Extensão Rural é um serviço geralmente prestado pelos Governos Estaduais, veja o tamanho da cidade e ambição do projeto que cabe ali a gente desenvolver e fortalecer essa equipe de (som ininteligível) que faça o atendimento ao Agricultor lá na sua propriedade. Então eles com auxílio desses técnicos, o Agricultor elabora um projeto de Conservação e Recuperação dos Serviços Ambientais, o que ele tem que fazer? Primeiro ele tem que planejar a sua propriedade. As etapas são essas: a primeira começa com rodas de conversa, nós estamos nesse momento agora, para contratação dessa primeira consultoria que vai dar o apoio aos próximos detalhes, fazer a divulgação do Programa lá no território para divulgar e avaliar os interessados em participar do Programa, fazer o apoio nessa primeira fase de entrosamento e compreensão das regras e também toda a questão da legislação, documentação por quê é uma movimentação extensa, envolve o proprietário estar inscrito no CAR, não ter nenhuma pendência no passivo ambiental com outras estâncias da Federação, não ter sido multado, pelo menos está encaminhado né, a sua (som ininteligível). E aí a gente vai conseguir fazer, pretende fazer uma habilitação de um máximo de setenta interessados para que na etapa seguinte eles sejam selecionados. Primeiro eles são habilitados, eles contemplam todos os documentos exigidos, e aí eles são selecionados em função de três categorias, tanto é que tem a ver com o tamanho do imóvel, então até 30 candidatos, essa era uma discussão original que as pessoas achavam que 0,5 hectare era pequeno, mas na verdade 0,5 hectare é a maior parte das propriedades da Zona Rural, em São Paulo elas tem até meio hectare, de 0,5 a 1,99 hectares. Então a gente privilegia nesse primeiro momento 30 candidatos nessa faixa de 0,5 a 1,99 hectares. Até 24 candidatos habilitados entre 2 a 9,99 hectares e até 16 candidatos para imóveis acima de 10 hectares. A pontuação que o imóvel obtém, ele é calculado a partir de critérios técnicos, é que eu estou no trabalho que fez aqui para definir quais seriam os critérios para garantir que os candidatos participassem do PSA, primeiro é a localização do imóvel segundo critérios ambientais, a localização deles, se ele está dentro da área, se ele (som ininteligível) interesse, como é que é a Conservação da vegetação, se ele tem uma mata preservada se ele já tá degradado ou não, e para cada um desses itens ele recebe uma pontuação redefinida pelo pessoal do herbário, o pessoal do herbário trabalha muito conjunto também, avaliando os pontos para cada categoria de vegetação. E finalmente as práticas atualmente adotadas, se ele já adota e já faz coleta de água de chuva, se ele já tem cuidado com uma fossa séptica, com as águas cinzas, se ele tem alguma ação voltada ambientalmente correta, isso é pontuado a mais, mas a ideia é que ele venha adotar no futuro à essas práticas. Tendo passado por esse processo de validação, de habilitação, pontuação, a partir dessas visitas que vão ser feitas às propriedades, os técnicos, eles não vão ser vinculados essa pontuação, e uma comissão de avaliação técnica também está prevista no edital ela se chama CAV PSA Mananciais vai fazer a seleção no total de 35 propriedades inscritas. O valor máximo transferido às propriedades nesse primeiro momento foi, está descrita aí a baixo né, entre 0,5 e 1,99 hectares até 20 mil por

propriedade ano, então são 15 contemplados que vão receber ao todo 300 mil reais por ano. De 2 a 9,99 serão 12 contemplados, num total de 360 mil e acima de 10 hectares apenas 8 propriedades contempladas, quer dizer, evidentemente está claro que iremos priorizar as propriedades menores para trazer para o programa esses Agricultores sem nenhuma assistência, sem nenhuma atenção ao como lidar com a sua propriedade né. Então nesse primeiro momento o total de contemplados é de 35 propriedades, total de recursos previstos é de 1.020.000,00. Próxima etapa, após assinatura do contrato, antes de ser selecionado o proprietário recebe a primeira parcela do PSA, e aí eles tão lá comprometido com seu PROSA, com seu plano de recuperação e eles vão começar a fazer aquilo que foi planejado. Ao longo do primeiro ano de vigência do contrato os agricultores serão acompanhados por assistentes técnicos e extensionistas rurais (ATER) naturais lá da CAE Parelheiros, ela conta com alguns assistentes técnicos da Coordenadoria de Agricultura da Secretaria do Trabalho também estão investindo nisso e a ideia é que esses assistentes técnicos deem uma atenção especial a esses selecionados pelo programa. Eles também receberão ao longo do ano vigência, receberão uma visita de especialistas internos da SVMA que fazem parte da Comissão de acompanhamento técnico. Então tanto a CAV e quanto a CAT é formada por servidores internos selecionados aqui dentro. E o que faz esse pessoal? Esse pessoal vai à propriedade e faz a avaliação do cumprimento e a extensão das ações pactuadas para ver se realmente os proprietários estão realizando aquilo que foi combinado. Essa avaliação vai definir a renovação da parcela ou não para o ano seguinte, e também tem um cálculo que não vou entrar em detalhes aqui agora, uma fórmula, uma equação, que faz o cálculo do valor da parcela segundo se ele atingiu certas metas, então ele ganha uma pontuação a mais que pode inclusive aumentar o valor até esse limite né, que eu falei antes para cada propriedade em função do tamanho da propriedade, mas a tendência é que vá aumentando esse valor aí né. Provavelmente no primeiro momento ele não recebe esse dinheiro que está previsto, mas ele receba, sei lá, 10, 15 mil e ele tem como objetivo chegar aos 20 mil, ano, para poder investir na propriedade. Então essa renovação e avaliação vai ser sempre feita ano a ano. A duração inicial desse primeiro programa, como eu falei, é um programa piloto, é de 36 meses, então são 3 anos e a gente vai estar fazendo essa primeira experimentação né, com o propósito de expandir muito em breve para outros (som ininteligível). E finalmente os próximos passos, tendo implementado a política e averiguado o sucesso, assim esperamos né dessa política pública é importante porquê? Porque o PSA estabelece conexões com outros planos verdes, o PSA favorece o fortalecimento das áreas de remanescentes do PMMA Plano Municipal da Mata Atlântica, ele estabelece conexão com o Plano Clima, estabelece conexão com o PLANPAVEL que também tem várias ações voltadas para a proteção de áreas verdes, então o PSA a gente está apostando muito que ele vai apesar de ser um contrato piloto agora, nos próximos anos ele ganha e nós vamos pensando também lançar novas modalidade estava como previsto no Plano Municipal do PSA né que é o PMSA, Plano Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais para lançar pelo menos duas modalidades por ano. Então os próximos passos, no caso desse programa piloto é compor CAV E CAT, isso aí é simples. Contratar essas consultorias que vão fazer o trabalho lá no território junto com os Agricultores, todo o trabalho de divulgação e verificação da documentação, e no futuro próximo estudar novas modalidades. Há uma carência muito grande dos Guaranis ali na terra Tenondé Porã que fica na grande parte, 1/3 pelo menos da Zona Sul de São Paulo, essa terra indígena Tenondé Porã nós vamos pensar um PSA voltado para os Guaranis que tem uma lógica totalmente própria né, que tem que entender como é seria esse desenho do Programa de Pagamento por Serviços Ambientais para os Guaranis, pensar em um

PSA voltado para as APAs, para as Unidades de Conservação, Bororé-Colônia e Capivari monos e finalmente PSA em outras áreas de lugares reconhecidos na Cidade, na Zona Norte, Zona Leste, no entorno do Carmo e experimentar outras modalidades como cercamento, insumos. As experiências estaduais muitas vezes investem quando o proprietário está fazendo uma restauração de uma determinada área, precisa cercar para que os animais deles não vão lá comer as mudas que estão recém-plantadas né, então muitas vezes o dinheiro do PSA não dá conta de fazer cercamento, e cria uma modalidade de PSA para isso ou para insumo, para aquisição de mudas e assim por diante. Então é basicamente isso, desculpa ter me estendido demais é porque eu sou um grande incentivador e ativista dessa causa do PSA, e fico muito feliz de estar coordenando essa comissão que é um trabalho, como eu falei, um trabalho coletivo intersecretarial e estamos aí abertos a perguntas, se alguém quiser, tiver alguma dúvida esse é um momento.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Valeu Toni. Muito obrigado pela apresentação. O PSA é um instrumento importante que a gente deve utilizar e precisa utilizar. Valeu.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Carlos seu microfone está desligado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Oi, vocês estão me ouvindo? Acabei de agradecer o Toni pela apresentação, falei um pouquinho do PSA...

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Não, a gente não está ouvindo. Agora sim...

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Melhorou? Estava agradecendo o Toni e falando um pouquinho do PSA, se alguém tiver alguma questão né.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Eu creio que não né. Eu também agradeço o Toni e também eu fico feliz por fazer parte dessa comissão junto com o Toni né, que é muito importante para nossa cidade de São Paulo, isso foi deliberado pelo nosso Prefeito Ricardo Nunes né Tony, com essa comissão que é muito importante então por isso nós decidimos passar no CONFEMA no dia 12 de agosto e também passar hoje no CADES para apresentação. Então estamos aqui presente com Tony colocou a gente, agradeço você Toni, por isso.

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAS: Eu que agradeço a oportunidade, me sinto muito honrado por participar desse plano tão importante que é o CADES. Obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lili eu acho que a Rossana quer fazer algum comentário ou pergunta para o Toni. Rossana.

Rossana Borioni – MMA: Na verdade é só uma pergunta, um esclarecimento porque esse plano ele trata de áreas de proteção de Mananciais, pagamentos ambientais em áreas de proteção de Mananciais, a minha pergunta é que se vocês, se o Município tem intenção de expandir esse plano para outras áreas, por exemplo, que contenham

fragmentos florestais importantes, mas que não estejam necessariamente área de proteção de Mananciais?

Antônio José Faria da Costa – Coordenador da Comissão Permanente do Programa PSA MANANCIAIS: Sim, o projeto é esse como falei, o PSA com um programa, uma política pública ele se presta a várias modalidades, originalmente esse programa (som ininteligível) voltado para as áreas de Mananciais e para restauração florestal e na questão do bioma Mata Atlântica, então assim, mas obviamente a gente pretende pensar, porque além disso há outras de Mananciais em São Paulo, então a gente tem que expandir para lá, primeira experiência porque ali na Zona Sul nós só temos esse trabalho mas consolidados junto aos agricultores, graças ao trabalho (som ininteligível) nós já conhecemos, temos cadastrado mais de 150 agricultores então isso facilita muito o acesso eles, porque são muito acostumado a receber visita do Estado quando é para ser multado né, fiscalização, então assim a ideia é chegar e falar não nós estamos, a ideia aqui é outra, é estimular a mudança de comportamento no trabalho de educação ambiental com aporte de recursos públicos.

Rossana Borioni – MMA: Obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada Toni pela sua apresentação e seja bem-vindo aqui com a gente. Passando agora para o terceiro ponto do expediente pela ordem do nosso Secretário Adjunto aqui, que eu gostaria de agradecer a presença hoje da Michelle Fernanda Ferreira Vicente Oliveira e do Sr. Ivanilton Pereira da Silva, eles são da Secretaria das Relações Internacionais e em breve estará conosco aqui com a gente, participando do CADES que vão ser os novos Conselheiros em breve. Cortando um pouco hoje o protocolo, vou dar a palavra para Michele só para ela sentir um pouco né a presença conosco aqui, e Michele seja bem-vinda sempre em todas as reuniões até a sua posse tá.

Michele Fernanda Vicente Oliveira – SMRI: Ok. Agradeço desde já o acolhimento né, estou muito feliz, vocês estão me ouvindo?

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Seu áudio não está muito legal Michele.

Michele Fernanda Vicente Oliveira – SMRI: Estão me ouvindo agora?

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Está com um pouquinho de eco.

Participante não identificado: Tem muito barulho externo.

Michele Fernanda Vicente Oliveira – SMRI: Agora dá para ouvir? Bom, é só para agradecer o acolhimento, estou muito feliz em fazer parte do Conselho, mas eu sou do segmento de turismo a algum tempo e fazer parte do CADES principalmente junto a Secretaria de Relações Internacionais (som ininteligível) que inclusive recentemente uma grande aposta na contratação quanto á (fala interrompida)

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Está bem ruim o seu microfone. Não sei se vocês estão conseguindo ouvir, eu não estou.

Michele Fernanda Vicente Oliveira – SMRI: É, acho que vai ser o meu microfone também. Melhorou? Não melhorou né. Está ruim mesmo. Bom, eu vou digitar e mando no chat para vocês.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Tá Michele, mas seja bem-vinda como convidados as próximas reuniões do CADES está bem, obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Muito obrigado Michele, bem-vinda.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Passando agora para o terceiro ponto do expediente. Estão me ouvindo pessoal? Está Carlos? Está tudo certinho aí? Hoje tem que perguntar né, está meio confuso os microfones aqui hoje.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: É, hoje é o dia dos microfones, estamos te ouvindo sim, Lili.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Passando agora para o terceiro ponto do expediente, primeiro quero também agradecer ao Douglas por ter nos ajudado junto com o Pedro e o Flávio a essa apresentação do lançamento que foi feito no dia 25 de agosto no espaço cultural aqui do CREA e eu fui na apresentação, achei muito interessante e logo já falei para a Rute conectar com o Douglas e fazer uma intermediação né entre a SIURB que é onde ele trabalha né junto com os técnicos hoje responsáveis para fazer essa apresentação, então conosco aqui hoje presencial está o Pedro e o Flávio, sejam bem-vindos para nossa apresentação e dou já a palavra para eles, para a nossa apresentação de hoje sobre o Plano Diretor de Drenagem do Município.

Pedro Luiz de Castro Algodoal – Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras: Bom dia a todos, eu e minha equipe tem muita satisfação em vir fazer a apresentação agora do plano, desse produto do Plano de Drenagem que eu já trabalho a muitos anos aqui na SIURB e tive muito contato com a Secretaria do Verde, fui inclusive Conselheiro do CADES por muitos anos, então isso ajudou a gente a trazer esse produto que a gente tem, esse tipo de planejamento com uma visão não só setorial, só de drenagem, só hidráulica mas incorporando elementos também de meio ambiente, de habitação e de outras coisas como vocês vão ver aí que a gente não faz um plano só focado na hidráulica mais um plano aberto a todas as necessidades da cidade.

Então esse plano ele é um plano que já vem sendo construído a bastante tempo, teve uma fase inicial até que foi coordenada pela SMDU, nós estamos fazendo já há alguns anos fazendo os cadernos de drenagem que são os estudos de cada uma das bacias prioritárias da cidade e nessa fase a gente sempre conta com as várias Secretarias, as Subprefeituras e elas já conhecem esse trabalho e agora nessa fase a gente reuniu esse conjunto de ações que vem sendo estudadas por bacia e o trabalho agora é de reunir isso, definir as prioridades e estabelecer um plano geral de atuação na drenagem. Em primeiro lugar só lembrando do impacto da urbanização no sistema de drenagem então nós temos uma situação inicial do território, uma situação natural com o avanço da mancha urbana a gente vai perdendo a cobertura vegetal natural, aumentando a superfície impermeável, reduzindo a infiltração e acelerando o escoamento superficial,

o que a gente tem são aumento das vazões máximas e as enchentes. Aqui a gente vê, essa daqui é a região que hoje está o CEASA como era o Rio Pinheiros naquele local e a transformação radical que houve com a implantação da cidade, numa primeira etapa foi uma retificação do Rio Pinheiros aí sobram várias áreas alagadiças em volta e assim a gente vê que fica fácil ver o quanto representa a perda dessa várzea impermeável, várzea inundável que a gente tinha porque não é só a perda das áreas permeáveis, a gente tem também uma perda das áreas inundáveis e até isso que explicam uma parte do que a gente tenta compensar essa perda desses volumes que eram armazenados nas várzeas com reservatórios e parques com áreas inundáveis, áreas verdes inundáveis. Então na verdade o que se procura fazer na hidráulica é tentar voltar um pouco aquela situação anterior, porque a situação atual ela é muito diferente da situação original, a cidade realmente transformou demais o ambiente onde era a cidade. E aqui nesse gráfico a gente vê, a gente chama esse gráfico de hidro grama, como o hidro grama um seria o inicial da situação da original e você vê que as vazões máximas são baixas aí com o avanço da impermeabilização a gente tem a situação 2, que é um pico bastante grande de cheias, as vazões se elevam muito e o que a gente busca é voltar uma situação intermediária que seria o 3, com as intervenções, abatimento da cheias e com a regularização das vazões máximas tá, que a gente procura ou com obras ou com medidas não estruturais voltar a uma situação mais de convivência melhor com as cheias. Então essas fotos não são de hoje, você vê que as inundações atingem a cidade a muito tempo, aqui é aquela região do CEASA, essa cheia foi terrível a gente teve inclusive a CPTM paralisada, aqui na direita é o beco do Batman também um lugar muito afetado pelas enchentes e esses planos tentam resolver esses problemas tá, a gente tem outros impactos também, o avanço da cidade nas várzeas e a impermeabilização do solo. Então realmente é uma situação bastante difícil e a gente tem que investir no planejamento da cidade, no planejamento das ações de drenagem para a gente ter o melhor retorno dos investimentos que são escassos, mas a gente tem que procurar otimizar esse retorno no benefício da população. Então o que a gente tem aqui na cidade, a gente já tem um conjunto grande de sistemas de controle de Cheias, 32 reservatórios chamados piscinões, e aí eles se somam 23 pôlderes a diferença entre reservatório e pôlder é que, o reservatório abate a cheia de uma bacia e o pôlder protege uma área baixa em geral que fica nas margens de um curso d'água grande ou de um rio, então um local que sofre a cheia do Tietê, por exemplo, ele não tem como você solucionar esse problema localmente a menos que os pôlderes que são sistemas constituídos por Dick, reservatório e bombas para isolar essa área, proteger e ter uma convivência com as cheias. A gente também trabalha com lagoas, a gente tem quatro já, por exemplo, o Parque da Aclimação, o Lago do Parque da Aclimação funciona como reservatório porque ele tem uma um sistema de esgotamento controlado das águas que retém no próprio Lago, pela variação de nível do Lago você retém a cheia nesse Lago e protege a região ali no caso do Aclimação, protege a região da Muniz de Souza mediante a esse tipo de sistema que funciona como reservatório mas mantém a função natural dele. A gente tem também nos cadernos vários outros tipos de intervenção aonde eu destaco os parques lineares que são parques ao longo dos cursos d'água com áreas verdes inundáveis e sistemas de controle do escoamento para reter nessas áreas o excedente da vazão e evitando transferir as vazões de cheias para as áreas urbanas.

E gente tem o nosso plano de metas que são as obras que a gente tem, algumas já concluídas, outras em execução e algumas em projeto. Então esse, e a gente tem várias outras intervenções por que no plano de metas estão estabelecidas só o número de reservatório a serem concluídos, 14 reservatórios de um universo de 32, nós temos 32

reservatórios que estão em processo de, ou de projeto ou de contratação de obra, desses 32 são obras muito complexas, a gente garante que pelo menos 14 a gente vai concluir, quer dizer três já estão concluídos mas 11 a SIURB deve entregar e provavelmente mais do que isso, a ideia é superar esse número, além disso a SIURB conta com vários outros tipos de obra, canalizações, recuperação de galerias e outras obras para controle de cheias. Essa administração está sendo especialmente dinâmica nesse item e nós temos também um outro programa que é o PRAR que é um Programa de Redução de Alagamentos e Áreas de Risco mais voltados a intervenções mais pontuais que também são importantes muitas vezes é o que precisam então exemplo de obras que a gente já concluiu, o reservatório Chácara, um grande reservatório, o outro florestal é uma das Lagoas com um controle de vazão que tem um papel hidráulico semelhante ao de um reservatório.

Então aquela meta que eu mencionei, os 14 novos piscinões é uma meta da Prefeitura, nós temos aqui um universo maior de intervenções que nós estamos trabalhando, mas devemos cumprir essa meta assim, na verdade meta é de piscinões, mas a gente estamos usando um conceito de reservação mais amplo, ele inclui outros tipos de reservação que tem um volume de armazenamento. Então a gente tem Parques Lineares incluídos nesse universo de intervenções, lagoas e outros tipos de retenção que tem o mesmo funcionamento hidráulico de um reservatório de um piscinão. Então aqui são os nossos 32 não é, vocês podem ver que tem aqui um conjunto, a maior parte é realmente reservatório temos pôlderes como esse do Jardim Lapena que vai atender uma área de ocupação irregular na Zona Leste, nós temos esse reservatório da Nove de Julho que na verdade é uma praça de infiltração, tem um vídeo aí que eu vou mostrar, nós temos outros tipos de intervenção além dos reservatórios. Aqui são obras recentes da Secretaria, esse reservatório Paciência que já está concluído hoje, aqui é um pôlder, você ver que ele tem um reservatório menor no sistema de bombeamento, mas ele é bastante importante do conjunto de intervenções de controle de cheias. E esse é o reservatório do Taboão, a bacia do Aricanduva tem um conjunto de reservatórios de outras obras de controle de cheias bastante grande, mas a gente ainda tem que complementar com outras intervenções, então esse já está concluído e temos outras intervenções ainda nessa bacia. Eu vou ver se a gente... nós temos um vídeo, eu não sei não sei se ele vai rodar aqui. Bom, eu acho que o sistema aqui não vai colaborar, eu vou passar adiante ou só explicar que uma das intervenções é essa Praça de Infiltração da Nove de Julho que é um sistema de alguns dispositivos de infiltração das águas a ser implantado bem na entrada do túnel da Nove de Julho e é um sistema inovador e vai trazer um benefício, uma retenção no início da Bacia do Anhangabaú, e é uma bacia muito atingida por graves cheias há muitos anos e o caderno do Anhangabaú define uma série de intervenções já no início com essa Praça de infiltração na entrada do túnel e vai descendo com outras intervenções até a outra que eu destaco, que é um pôlder na região da 25 de Março, então depois vocês tiverem oportunidade de ver esses outros cadernos vocês veem que é um conjunto bastante amplo de intervenções. Então aqui são os cadernos que já foram publicados, como eu falei, estão todos disponíveis no site da SIURB, então nós temos esses da esquerda, a primeira leva de cadernos, 6 cadernos iniciais, nós temos outros 6 já publicados entre os quais eu citei o Anhangabaú e nós temos mais 5 cadernos que vão ser publicados até o final do ano, são esses daqui tá, esses cinco primeiros e todos os que estão citados aqui eles estão já estão começados e estão sendo trabalhados, esses cinco primeiro já estão praticamente finalizados e só aguardando a publicação, para outubro nós teremos esses cinco, Tiquatira, Vila Leopoldina, Tremembé, Itaquera e Sapateiro e a revisão do Aricanduva, só dando um spoiler desses daí, cada um deles tem algumas medidas

inovadoras a gente sempre procura fazer, apresentar coisas novas nesses cadernos então o Tiquatira tem um sistema de proteção de convivência com as cheias bastante interessante que a gente não vê normalmente colocado em projetos, em planos diretores de drenagem mas a gente achou muito interessante colocar esse tipo de intervenção também agregar nesse caderno, provavelmente em outros a gente vai ter. O Vila Leopoldina tem um polder muito grande, é uma área que a gente sempre respondeu que não tinha o que fazer, eu trabalho com isso a muito tempo e a gente falava “poxa isso daí depende de uma solução para o Pinheiros e tal” e agora a gente vai apresentar a solução para o CEAGESP não inundar mais, eu tenho muito orgulho de fazer isso. O Tremembé é uma área muito atingida por cheias, a gente complementa obras que estão lá e a inovação é a gente fazer um retrofit de um dos reservatórios já feitos e vai ser melhorado, vai ter um caráter também ambiental de manutenção. Então o Itaquera tem também um retrofit de um reservatório grande que é o da Pedreira e o Sapateiro eu não vou dar o spoiler, que vai ser uma surpresa para vocês. Então cada um dos cadernos oferece subsídios para o planejamento e inclusive para as outras secretarias fazerem o seu próprio planejamento setorial, então porque a gente pensando no fundo de vale a gente pensa em habitação, a gente pensa em meio ambiente e a gente trabalha com as outras secretarias justamente para integrar essas ações, então se a gente em tempo não muito distantes a gente tinha próprios Municipais construídos, por exemplo, em área inundável. A gente tendo o caderno a gente fala, não, olha aquela região é inundável, não dá para fazer um hospital, uma escola nessa região qual seria a intervenção necessária para você agregar e realmente utilizar aquela área como uma escola. O caderno não é um conjunto só de obras, ele tem também medidas não estruturais como, por exemplo, esse zoneamento de áreas inundáveis é uma coisa, é um avanço muito grande, a gente ainda está começando a trabalhar nesse sentido já temos mapas de inundações e a ideia é disciplinar o uso dessas áreas inundáveis e nem sempre a gente consegue afastar as edificações das inundações. Então como é que a gente trabalha nas medidas estruturais, a gente parte nos cadernos, a gente parte do diagnóstico, estabelece as diretrizes e as condicionantes de projeto, no caso, a gente tem um risco hidrológico de 100 anos que é a norma do Governo do Estado e a gente vai fazendo as propostas de intervenção com uma escala de prioridades que é o que depois vai aqui para o nosso trabalho do plano de ação. Desses conjuntos de intervenções foram selecionadas as prioritárias para integrar esse plano de ações que é o trabalho que foi publicado agora que partiu de todos os cadernos né, então cada caderno tem um conjunto de intervenções de Parques de Linhares, Piscinões, Canalizações, os túneis e foi um conjunto muito grande e houve um trabalho inicial de seleção das obras prioritárias para depois definir esse planejamento geral. E como definir, e como escolher qual é a obra que você vai começar, você tem vários itens que precisam ser vistos não só o item hidráulico que seria a redução das áreas inundáveis mas também itens como ganho ambiental, maior ou menor necessidades de desapropriações, a redução da mancha de inundação que é o item eminentemente hidráulico, a gente tem que levar em conta a importância das vias que são atingidas pelas enchentes ou de edifícios, o custo dessa obra, o custo da intervenção, se a área é vulnerável, por exemplo, se você tem uma área de ocupação precária com imóveis sujeitos a risco de solapamento, de inundação, também isso é levado em conta o risco né e o impacto no tráfego. Então como é o trabalho que é feito né, então se parte das propostas dos cadernos da bacia, das propostas do PDMAT, que é o Plano Diretor de Drenagem do Governo do Estado elaborado pelo DAEE, a gente tem uma interface muito grande com o DAEE e o PDMAT ele tem um caráter de um foco maior nas bacias principais do Tietê, Pinheiros, Tamanduateí e os cadernos de

bacia complementam o PDMAT são bastante integrados, detalhando as bacias locais, o Aricanduva, Pirajussara, Anhangabaú e assim por diante. E nós contamos com o Acervo da SIURB também com algumas intervenções importantes que foram levadas em conta. A segunda etapa é a definição dos critérios de priorização, que gera esse trabalho que a gente está apresentando aqui que é o Plano de Ação, disso surge uma relação de obras por prioridade que é a hierarquização dessas obras, que vão geral plano de obras da cidade.

Esse plano está sujeito a revisões periódicas até por isso é que foi lançado como primeira edição, porque ele evidentemente que os próximos cadernos a serem publicados vão ter novas propostas, existem outras coisas que acontecem na cidade que geram, por exemplo, corredor de ônibus, outras intervenções que geram também impactos na programação de obras que também é incluído, então se esse tipo de trabalho é eminentemente sujeito a revisões periódicas. Agora eu passo a palavra para o Flávio Conde que é o diretor da FCTH que é o laboratório de hidráulica da USP que apoiou a SIURB, e tem contrato com a SIURB qual faz parte o CGE e que tornou esse trabalho possível. Obrigado.

Flavio Conde - Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras: Bom dia, muito obrigado pelo convite, participar e apresentar esse trabalho que a gente considera de bastante relevância para a cidade de São Paulo. Pedro já fez uma breve introdução sobre a minha participação, a Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica é uma fundação ligadas à Universidade de São Paulo e dentre as suas várias atividades a gente tem dado um apoio bastante grande na área de drenagem urbana. Nós temos laboratório de pesquisas e a gente tem aí nos nossos trabalhos, trabalho que a gente se orgulha bastante, são os cadernos de bacias hidrográficas né que tem dado um apoio no sentido de dar um norte para o planejamento da Drenagem Urbana no Município e hoje a gente tem já tem vários cadernos publicados como Pedro falou e dentre esses cadernos que fizeram muitas propostas, a gente tem muitas obras propostas e que elas precisavam ser hierarquizadas daí surgiu então a necessidade de gente fazer um plano de ações. O plano de ações de intervenções na área de Drenagem Urbana, eu acredito que não só a área de drenagem urbana, a cidade de São Paulo é uma cidade muito grande e os desafios em todas as áreas que você vai eles são imensos né, então seja na área da drenagem urbana, seja na área da habitação, seja nas intenções que a Secretaria do Verde e Meio Ambiente faz e quando você se depara com todas essas intervenções você fala por onde eu começo, cada um puxa, cada um que defende a sua área fala a minha obra, a minha intenção é mais importante, o outro defende a sua intervenção, a sua obra, sem falar das intervenções dos pedidos políticos que são perfeitamente defensáveis, são legítimos cada um defendendo ali o seu pedaço a sua comunidade e se nós formos dizer tudo é importante, mas se nós não colocarmos um ordenamento nisso né a gente diz que tudo é importante e não consegue fazer nada porque os recursos são finitos, recursos financeiros são finitos, recursos humanos são finitos, a gente não dá conta de fazer nada por isso nós tomamos a decisão de hierarquizar as intervenções como Pedro falou, dos cadernos de bacias hidrográficas, as propostas do PDMAT e os projetos, o estoque de projetos da SIURB, nós temos ali uma infinidade de intervenções que estão propostas, dessas intervenções nos selecionamos algumas eu vou exatamente colocar quais foram e os critérios que nós adotamos para gente conseguir dar um norte e poder começar, dar um início meio e fim para isso dentro da SIURB. Então o plano de ações está inserido dentro do plano diretor de drenagem e sendo esse o plano diretor de drenagem num primeiro módulo que já foi executado né, ele foi elaborado ali em 2012 boa parte dele, foi elaborado pela própria

FCTH né, então a gente fez ali um levantamento de dados, o diagnóstico institucional, quem são as instituições dentro da Prefeitura que estão ligados a Drenagem Urbana e adiante que são muitas as áreas que tem intervenção com a Drenagem Urbana, não só SIURB né, a CEAB tem muita intervenção, tem muita interação com a drenagem urbana, Secretaria do Verde e Meio Ambiente também, as próprias Subprefeituras tem ali nas suas áreas a necessidade de muitas intervenções. Então dentro disso nós começamos a estruturar o Plano Diretor de Drenagem, na segunda etapa nós fizemos ali os programas de drenagem que é através primeiro dos cadernos de bacia e depois de algumas pequenas intervenções que a Prefeitura faz no caso do PRAR em que são intervenções menores, mas que também de certa forma tem um impacto bastante importante. E agora a gente está falando aí do plano de ações em que a gente está colocando, como eu disse, um norte para a gente dizer por qual obra deve começar, qual é a intervenção que deve ser iniciada.

O Plano de Obras, como o Pedro falou também acho que aqui é um pouquinho repetindo, um pouquinho da fala do Pedro né, ele selecionou 56 intervenções, dessas 56 intervenções elas foram as escolhidas, mas nós partimos de um universo de mais de 200 intervenções, mais de 200 projetos e propostas para drenagem urbana, então nós selecionamos 56, aquelas que foram um primeiro filtro, as obras mais relevantes. Como foi dito também né, o Plano de Metas ele tem ali, está previsto 14 reservatórios, mas a SIURB está trabalhando com um universo maior com expectativa de no mínimo entregar os 14 reservatórios, a expectativa é que a gente consiga. A SIURB deve entregar mais do que os 14 e cumprir com folga essa meta, a meta 32. O PRAR que o Pedro falou que são pequenas intervenções, mas que também são de grande relevância. Quando a gente fala, isso é bastante importante a gente dizer né, que às vezes na drenagem urbana pequenas intervenções geram grandes impactos, impactos positivos na drenagem, então a gente tá sempre de olho procurando qual que é aquela intervenção que causa menor impacto, menor impacto durante a construção, durante as obras né, menor número de desapropriações, de remoção de famílias, mas que traga ali a solução do problema da drenagem, seja ele a intervenção de uma via de grande tráfego, seja no sentido de reduzir a mancha de inundação, então é sempre esse o espírito quando a gente seleciona as intervenções.

Falando agora especificamente do Plano de Ações não é, essas intervenções estão muito bem distribuídas espacialmente esse foi o cuidado que nós tomamos para que nenhuma área se sentisse preferida, então as intervenções foram, um dos critérios foi distribuir espacialmente elas por toda área urbana. E aí como é que nós chegamos a essa, como é que nós hierarquizamos essas 56 intervenções, como eu disse, a gente partiu de um universo muito maior, começamos por 56, dessas 56 qual era a mais importante, a menos importante. No início da minha fala eu destaquei, se a gente começar a pensar em qualquer área que inunda, ela é importante, tem a necessidade de ser resolvido o problema né. Qual é a mais importante? Então há necessidade de se colocar um critério técnico para atender e dizer essa área ela tem mais prioridade que a outra área. Isso de certa forma, para o gestor público ele dá uma certa segurança, porque é uma decisão que é tomada por técnicos, é bom que se diga que quando a gente fala do estabelecimento de critérios, pontuação, isso é feito por técnicos. Então, dá uma certa blindada no gestor público quando chega aqueles pedidos políticos; “olha, por favor, atenda minha área”, está bom, a gente entende a sua área importante, mas temos aqui uma ordem de execução de obras, a sua obra está contemplada, mas ela está aqui nessa posição aqui de execução, ela será executada, mas tem uma fila. Então todo mundo sabe exatamente em que posição está a sua intervenção. Nós partimos então da avaliação de projetos existentes, projetos do PDMAT, proposições dos

cadernos e aí fomos estabelecer os critérios, qual critério é mais importante. Nós chegamos, e aí isso é bem importante frisar, que isso sempre teve intervenção dos técnicos da Prefeitura, não só da SIURB, nós procuramos técnicos de outras secretarias também para opinar e dizer quais são os critérios que devem definir a hierarquização das obras. Então, estabelecemos 8 critérios e 18 subcritérios, dentre esses critérios, esses 18 subcritérios, nós tínhamos que pontuar, nós tínhamos que ranquear, qual o peso de cada subcritério. Cada um foi lá, pontuou sua nota e depois nós tiramos um média para dizer quais subcritérios eram mais relevantes e quais eram menos relevantes, que tinham mais peso e menor peso. A partir daí nós fizemos diversas simulações, e essas simulações elas são bastante importantes, porque quando a gente faz, a gente pondera e começa a avaliar, os primeiros resultados eles nunca são tão satisfatórios. Você percebe assim; como é que a gente avalia se o resultado foi satisfatório ou não, de repente tem uma obra muito importante e dentre daqueles seus critérios e pesos ele foi muito mal ranqueado, alguma coisa está errada. Então, a gente vai rever esses critérios, as pontuações, para poder chegar em algo que satisfaça todo mundo. Bom, chegamos ali, aplicamos uma análise de decisão dos critérios e fizemos a classificação. No final das contas, eu vou mostrar próximo slide qual é o peso de cada critério, mas no final das contas o que acontece é o seguinte, uma vez definido, todo mundo vai lá e dá para cada intervenção, dentre cada critério ele vai e pontua, dá uma nota de 1 a 5, depois no final das contas a gente faz o somatório dos pesos; a pontuação do critério \times o peso do critério \div pelo somatório dos pesos, e a gente tem a pontuação dessa intervenção. Os critérios e subcritérios eles foram esses daí, são oito critérios: critério construtivo, econômico, social, ambiental, danos evitados, repercussão dessa intervenção, a vulnerabilidade técnica dessa intervenção e os impactos da infraestrutura urbana.

Então vejam aí que nós estabelecemos um peso para cada um desses critérios, então vamos lá, no critério construtivo, eu tenho ali: o prazo estimado da execução e conclusão da obra, diante da nossa votação ele tem um peso de 6,8% do todo. O critério que tem o maior peso é o critério de danos evitados: redução da mancha de inundação é um critério que tem um peso de 11,3% do todo. Então, vocês vejam que... por que aí no critério econômico o custo da implantação foi o critério 7.3, isso foi, repito, a média das notas que cada técnico deu e aí chegamos a esse peso. Vamos mostrar alguns exemplos que a gente teve de cada intervenção, fica mais claro, mas percebam que a gente tem, nós varremos todos esses critérios para poder ranquear as obras, e em uma etapa de execução de obras, por que a gente estabeleceu esses critérios e não foram outros? Então, de novo, aqui também teve a opinião dos técnicos e eles chegaram a esse consenso de que os critérios importantes a serem avaliados eram esses e eu acho que isso, como eu tinha dito, isso não é só importante para a drenagem urbana, é para diversas áreas. Essa semana a gente teve uma reunião com a Secretária Municipal de Segurança, e lá também dentro da Secretária abriga a Defesa Civil, a Defesa Civil hoje está encarando o desafio de produzir um Plano Municipal de Redução de Risco, e dentre as atividades do PMRR, tem ali os riscos geológicos e o Município de São Paulo tem uma série de áreas, são mais de 1.000 áreas vulneráveis com relação ao risco geológico, deslizamento de encosta que são áreas ocupadas, e nós fizemos essa mesma proposta de se definir critérios para poder priorizar. Essas 1.000 áreas, qual é a primeira? Qual que é a mais importante? Então, veja que, essa metodologia que nós aplicamos aqui para drenagem urbana, a gente acha que ela cabe muito bem em diversas áreas. Como falei, os recursos financeiros são finitos, os problemas são infinitos, praticamente. Se a gente não construir critérios e hierarquizar as prioridades, a gente vai ficar patinando e não vai sair do lugar.

Vou prosseguir aqui mostrando alguns exemplos. A nossa escala de pontuação, quero destacar aqui, por exemplo, quando os técnicos foram pontuar, então, eles pontuaram diante dessas tabelas. No caso do critério econômico: custo da implantação, uma obra que custa até R\$50.000.000 ela tem uma pontuação alta, uma obra que custa mais de R\$350.000.000 ela tem uma pontuação menor. E assim nós vamos fazendo para diversos critérios. População residente na área de redução da mancha de inundação, então, população atingida ou população beneficiada com aquela intervenção, se é uma população menor ela vai ser menor pontuada, se é uma população maior ela vai ser melhor pontuada. A redução da área de inundação: se é uma redução pequena eu faço uma intervenção, mas aquela intervenção pequena, uma pequena redução na área de inundação vai ser menor pontuada e se tiver uma grande redução mancha de inundação ela vai ser melhor pontuada. Então, teve esse espírito, teve esse critério, essa metodologia para se chegar no ranqueamento das intervenções. Mostrando aqui um pouquinho da hierarquização das obras. Então, observe o seguinte, a obra melhor ranqueada foi o alteamento de ponte nos córregos Itaim e Jaguaré, na bacia do Jaguaré. Por que nós chegamos a essa conclusão de que essa obra era a melhor? Primeiro, vamos avaliar o seguinte, quando tem as inundações aqui no córrego Itaim e no córrego Jaguaré, principalmente no córrego Itaim, uma via de grande tráfego que é a Rodovia Raposo Tavares ela para totalmente. Então, imagine o que é parar, e normalmente a gente sabe que essas inundações elas acontecem no fim de tarde, na hora do pico do tráfego, você parar uma rodovia. Então, a relevância da obra, a importância de obra ela é bastante grande. Por outro lado, o custo da obra é um custo muito baixo, desapropriação não vai ter nenhuma, prazo de conclusão da obra é um prazo curto, é uma obra simples que traz um benefício bastante grande, só para exemplificar o porquê uma obra como essa se tornou a obra melhor ranqueada, dentre as 56 analisadas. E assim cada uma das obras tem o seu mérito, teve a sua pontuação, sempre lembrando que isso foi critério puramente técnico, isso que é importante que se diga. Outras obras, a gente pode falar do Parque Linear Ponte Rasa, teve uma pontuação 5 nos critérios de população a ser reassentada, custo de implantação, prazo de conclusão de obras. Então a gente pode varrer e aí depois a gente vai deixar o link para quem tiver interesse consultar na íntegra todas as intervenções, do porquê que cada intervenção teve a sua nota e teve, conseqüentemente aquela posição no ranking. Aqui alguns exemplos das intervenções. Para cada uma dessas intervenções propostas a gente gerou uma ficha técnica, em que essa ficha técnica dá um resumo do porquê que a obra teve aquela posição no ranqueamento. A gente mostra o local da intervenção e os critérios, as avaliações que nós fizemos, a média das avaliações que nós fizemos e que com isso gerou aquela posição no ranking, então, por exemplo, nesse caso aqui nós apresentamos o custo, R\$ 6.300.000, a população a ser reassentada, nenhuma, a dimensão da obra, a área de interferência dessa obra, custo de desapropriação, 0, e a redução de mancha. E essa é uma obra que já faz parte dos cadernos de bacias hidrográficas.

Nós temos aqui alguns exemplos de outras obras, o Parque Linear do Ponte Rasa, é uma obra no Tiquatira e da mesma forma a gente fez a avaliação de todos os critérios, então, a gente pode olhar assim, pelo o critério econômico: custo de operação e manutenção é um custo médio. Então, veja que a gente também se preocupou com o custo de manutenção da obra, não só o de implantação, o custo de desapropriação temos percentuais da obra, 24% do valor da obra. E dessa forma nós fomos fazendo com cada uma das intervenções, claro que aqui na apresentação a gente não consegue apresentar todas, mas no final a gente deixa o link para quem quiser consultar o plano de ações na íntegra, tem todas as fichas técnicas das 56 intervenções. Aqui uma

ilustração arquitetônica do Parque Linear do Ponte Rasa, em que a gente tenta mostrar também... é o que costumamos dizer, é através dessas ilustrações que a gente tenta mostrar que as intervenções de drenagem urbana elas não precisam ser intervenções feias, intervenções que agridam a paisagem, o urbanismo. A gente tenta fazer proposições de intervenções que tenham um aspecto agradável para a população, então, ela tenha o aspecto hidráulico, a função hidráulica, mas também que seja uma área boa de convivência para a população. Uma nova intervenção aqui do Reservatório Mário Cardim na bacia do Córrego Sapateiro, também uma intervenção importante que nós selecionamos aqui, e os técnicos atribuíram as notas para cada um dos critérios. Vejam que se torna uma intervenção bastante agradável, uma área de convivência muito boa, e a gente sabe que a função hidráulica deve ser ao longo do tempo, essa área vai ficar inundada 1% do tempo, menos até que isso, a grande parte do tempo vai estar disponível para a população usufruir dessa obra. Essa aqui, o Pedro já adiantou que é uma das proposições do caderno de Tiquatira que a gente deve lançar agora em outubro, e é uma inovação em termos de propostas da SIURB, que é uma área de convivência com as inundações. Essa área, a gente pensou bastante de que forma a gente poderia tornar essa área... O pessoal ali da região da bacia do Tiquatira, é um Parque bastante frequentado, a população tem um apreço bastante grande por essa região, por esse próprio da Prefeitura, e quando a gente falava em construir um reservatório ali a população ficava de cabelo em pé, porque falavam “ Vão terminar? ” “ Vão fechar o nosso Parque? ”, “A gente vai perder essa área de convivência bastante importante? ”. E nós, então, fizemos uma proposta em que a gente consegue fazer uma convivência pacífica com as cheias. Toda construção, veja que é dia de inundação, uma simulação de um dia de inundação, vejam, então que as contrações elas foram feitas em uma cota acima das cotas de inundação, e teve o cuidado de se tomar, de ter rotas de fuga para áreas elevadas em que em um dia que tiver algum problema de inundação, óbvio, ali tem um sistema de monitoramento, os usuários do Parque serão previamente alertados e a remoção em segurança para áreas seguras. Acho que aqui faltou um slide que tinha ele em um dia seco em que a gente conseguia mostrar que a área de convivência, o Parque, ele foi totalmente preservado. Então, em um dia de inundação ele está dessa forma e veja ainda que aqui no canto a quadra está em uma cota superior da cota de inundação. Esse aspecto da segurança também, conviver com as inundações é um conceito novo, novo para nós aqui do município de São Paulo, a gente não tá acostumado a ter essa abordagem nas obras de drenagem urbana, mas que na Europa e nos Estados Unidos são conceitos amplamente difundidos, porque a gente sabe que a solução definitiva dos problemas das drenagens eles não vão acontecer no curto e no médio prazo, então até lá, a gente pode fazer intervenções na drenagem urbana em que ele permita você conviver com as inundações sem colocar a população em risco, sempre pensando que a segurança da população é a prioridade, então a gente só deve propor esse tipo de intervenção quando se tem certeza da segurança da população.

Aqui mais uma intervenção dentre as 56 que estão propostas aqui. A Canalização do Córrego Paciência e Maria Paula. Mas uma intervenção, mas essa é uma intervenção que a gente também tem o caráter de inovação bastante grande que é no Lago do Ibirapuera, é uma proposição que a gente já adotou no critério que já foi adotada no Parque da Aclimação que é o alteamento, que é considerar o volume do lago como uma área de reservação. Essa é uma obra que propõe o alteamento das bordas do lago, um pequeno alteamento, nessa ilustração a gente consegue verificar que margens do lago tem essa pequena mureta que nós construímos, e isso faz com que a gente ganhe um volume adicional no lago que tem um impacto muito grande na drenagem urbana. Aqui

no caso específico do Parque do Ibirapuera a gente tem uma intervenção duas etapas, que seria o alteamento um pouco e depois um alteamento um pouquinho maior, mas que ainda assim é um alteamento que acho que está na faixa de um metro. Então, veja que fazer esse alteamento e essa é uma intervenção que tem um ganho bastante grande, porque veja, a gente consegue ganhar um volume bastante grande e que se nós não fizermos essa intervenção nós teríamos que fazer uma alternativa a essa Intervenção de alteamento das muretas do Lago, seria a gente fazer uma intervenção bastante grande na Avenida Juscelino Kubitschek, abrindo, rasgando a avenida do início ao fim, para fazer uma criação de galeria e jogar a vazão do Córrego Sapateiro no Pinheiros. Então ou a gente faz o alteamento da mureta do lago, ou faz a ampliação das Galerias da Avenida Juscelino Kubitschek com o impacto muito maior e o custo imensamente maior do que essa que estamos propondo aqui. Aqui também nós temos um vídeo, mas a gente já viu que os vídeos não estão rodando, que seria uma ilustração dessa Intervenção no Lago do Ibirapuera. A gente disponibiliza no link.

Bom, para a última parte aqui da minha apresentação, eu tenho aqui os números do plano. A gente tem das 56 obras, fazendo só um resumo, 27 delas precisam de desapropriações, 8 delas tem famílias a serem removidas ou reassentadas. O investimento total dessas obras é na ordem de R\$4,6 bilhões incluindo aí também o conjunto total, desde as desapropriações, projetos, os estudos, as compensações ambientais. Essas obras implicarão em uma redução de 30% das manchas de inundação das baixas de alagamento das cidades. Um aumento na capacidade de reservação de mais de 4.323 mil m³ somados aos reservatórios existentes. São 13 km de novas canalizações. As Prefeituras atingidas, beneficiadas, serão 26. E uma precisão de conclusão dessas obras de 3 quadriênios, então até 2036. Veja que é um planejamento de curto, médio e longo prazo. A gente falando aqui em termos dos números, então uma média das notas em que foram dadas para cada uma das intervenções. Pegar lá no finalzinho os reservatórios, os reservatórios que é algo que a gente sempre é muito criticada, a SIURB só propõe reservatórios, a gente propõe reservatórios, é um número bastante grande, nós acabamos atribuindo uma média de notas para ele de 3,4 pontos nos reservatórios. O alteamento de ponte foi o que ficou melhor ranqueado com a média de 4,1. Isso era o que a gente tinha para apresentar, a gente tem esse link aqui, não sei se a gente pode deixar essa apresentação disponível para os senhores, nós vamos deixar né? Então, através desse link a gente acessa o plano de ações e os cadernos de bacias também. Bom, eu me despeço por aqui. Agradeço mais uma vez a participação e a gente fica a disposição para as perguntas.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Só uma pergunta, esse link que está aqui? É só clicando aqui e consegue ver?

Flavio Conde - Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras: Esse link que está aqui na apresentação consegue, na verdade tem que ir no link da SIURB e depois ir no caderno de obras, caderno de bacias. Mas se procurar no Google “Caderno de Bacias Hidrográficas” o primeiro link, acho que é mais fácil, ir no Google e digitar “Caderno de Bacias Hidrográficas” cai no primeiro link, que é o da Prefeitura de São Paulo, na página da Prefeitura que já tem o Plano de Ações e todos os cadernos que a gente já publicou.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada, Pedro e Flávio pela excelente apresentação de vocês. Passo agora a palavra para o Sr. Presidente da mesa, Carlos. Tem algum comentário? Se não, entra para as perguntas.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Agradecer o Pedro, o Flávio, pessoal da SIUB, pela fantástica apresentação. Os projetos são muito interessantes, certamente, vão demandar o apoio e até discussão da Sociedade, mas é muito legal. Só engrandece o nosso Conselho e traz mais informações para todo mundo. Vamos para as perguntas porque a gente já está no horário.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Alessandro Azzoni, por favor.

Alessandro Luiz Azzoni – OAB: Bom dia. Parabéns pela apresentação, uma ótima intervenção. Eu só queria fazer uma pergunta, porque eu tenho recebido muitos questionamentos, principalmente de clientes que vão fazer empreendimentos próximos de cursos d'água na Cidade de São Paulo, que já estão descaracterizados de APP e esse projeto vai fazer uma intervenção diretamente na margem, então apesar do código florestal ter sido modernizado em 31/12/2021 com o parágrafo 10º, que fala sobre a questão das áreas de APP em áreas urbanas, ou seja, da descaracterização de APP, eu tenho visto que a ISMO tem cobrado muito essa questão, tipo Ricardo Jafet, Marginal Pinheiros, onde tem córregos eles estão cobrando como se fosse as medidas do próprio código florestal no Artigo 4º dos 30 metros, que inviabilizaria qualquer projeto. Como que ficaria essas intervenções, principalmente no Córrego Sapateiro que ela ficaria com construções dentro da própria APP, como que seria feita as deliberações dentro da própria Prefeitura sendo que existe essa controvérsia dentro da própria Prefeitura na Secretaria de Licenciamento, apesar de ter um entendimento mais flexível, acho que pode se fazer uma interpretação até um pouco melhor dentro da Secretaria do Verde.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Pedro, por favor. O Pedro vai responder tá.

Pedro Luiz de Castro Algodoal – Engenheiro do Núcleo de Planejamento – SIURB/SPObras: O que eu posso dizer é que essa é uma questão bastante controversa mesmo, que a gente nas questões de APP, a gente sempre trabalha junto com a Secretaria do Verde e normalmente quando o curso é aberto quem estabelece a faixa é a própria Secretária do Verde, a faixa de restrição. E o que o plano oferece, principalmente os cadernos, a gente oferece a faixa área inundada. Então, a gente está mais preocupada com o risco de alguma intervenção que pode ser oferecido na ocupação dessa área. Você fala especificamente no caso do Tiquatira, já existe CBN Municipal e na verdade a gente está buscando reconstruir ele mais afastado do Córrego e acima da cota de inundação. A intervenção é essa, proteger um bem público, um edifício Municipal que já está na APP e ele já sofre inundações frequentes, eles perdem tudo várias vezes todos os anos. Então, no caso, a gente queria uma intervenção de um reservatório menor, com menor impacto, a ideia é reduzir um pouco as enchentes em relação ao que acontece hoje. Se a gente fosse fazer, a gente tem um projeto anterior que a gente não conseguiu viabilizar, que impactaria no Parque inteiro. Então, a ideia é fazer uma intervenção hidráulica menor e melhorar o reservatório, dar mais resiliência a essa construção que já está próxima do curso d'água. Não sei se respondi, mas é uma questão difícil mesmo.

Alessandro Luiz Azzoni – OAB: É muito difícil. Eu acho que a gente podia tentar até para uma discussão do CADES que o parágrafo 10 abre essa questão das APPs em áreas urbanas. Eu acho que a gente podia até tentar trabalhar algum dimensionamento

para essas questões de intervenções em áreas urbanas já descaracterizadas, até suaviza para vocês também da SIURB, até para os próprios moradores, os próximos Municípios que vão tentar fazer alguma execução, sendo que essa alteração no código florestal no seu parágrafo 10º, no próprio Artigo 4º traz essa possibilidade da municipalidade gerar esse entendimento, acho que isso poderia dar uma segurança jurídica para todos. Não sei, é uma sugestão.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada, Azzoni e Pedro também pelas perguntas. Douglas você quer complementar?

Douglas de Paula D Amaro – SIURB: Se eu entendi bem a colocação do Azzoni, nós enquanto poder público, SIURB, ela faz a obra pública de interesse público, então a gente se enquadra em uma possibilidade de intervenção em APP, que o particular não tem essa possibilidade, então, para nós essa descaracterização de APP e ambiente urbanizado ou não, a gente já tem um tratamento diferenciado. Uma obra pública e de interesse público ela pode fazer intervenção em APP, aí essa discussão que você coloca é bem mais pertinente, particular tem todo um tratamento diferenciado, que vale essa discussão. A gente não interfere na questão de particular, a nossa vida é toda obra pública e de interesse público.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: obrigada, Pedro pela sua colocação e complemento. Passo agora a palavra para o Sr. José Ramos. Por favor, Sr. José Ramos.

José Ramos de Carvalho – APGAM: Olá, bom dia. Nossa, parece que o Carlos chamou a confusão exatamente né, porque aqui agora a gente envolve, essa última fala do Douglas, a questão da APP e todas as inundações e espaços físicos que vocês comentaram do Município de São Paulo, vocês esqueceram do Rio Cabuçu de cima. Eu vou comentar com o Flávio da USP que o CADES tá bem mais informado com relação a tudo que você falou e você nem imagina, nós estamos nessa briga desde agosto de 2020, intervenção na área de APP e agora pior de tudo, com a instalação da obra do canteiro da antiga fábrica estrela, que todo mundo aqui já conhece, para vocês terem uma ideia, inclusive, Pedro Luiz nós tivemos uma reunião junto com San Alex que a gente comentou sobre Parque de inundação, isso em 2019, que era exatamente essa área de APP que agora já foi diluída nessa obra que fizeram agora. E quando o Flávio colocou alguns itens aqui que vai servir de relatório que nós vamos estar montando agora para o Ministério Público Federal e o Pedro comenta, o elemento político Pedro da Obra da Canalização do Rio Cabuçu de cima teve envolvimento do Governador Mário Covas e do Governo Federal e também de um empréstimo direto do Japão, então foi um investimento político pesado. Eu não sei qual nota se daria, mas eu acredito que se daria uma nota muito alta. Na questão do construtivo, Flávio, nós tivemos a canalização do Rio Cabuçu que é uma coisa absurda, que o Cabuçu é curto, ele tem uma amplitude de volume de água, porque ele sai da Serra a 1200 metros daqui da Serra da Cantareira e percorre 10 km, então, o volume e o potencial hidráulico absurdo. Para você tem ideia esse mesmo piscinão do Paciência no dia da sua inauguração ele teve enchente, porque o Paciência não tinha força para entrar no Cabuçu, ele não tinha força hidráulica para isso, então, elemento construtivo. A parte Econômica, Flávio, foi gasto 99 milhões de dólares, isso em 1996, se a gente traduzir esse dinheiro Federal agora dá 509 milhões de reais, são meio bilhão de reais que foram gastos nessa obra. Quando você fala do aspecto social, nós tivemos

desapropriação e até anotei, porque nós temos os documentos aqui no lado de São Paulo nós tivemos 778 desapropriações, do lado de São Paulo 778, do lado de Guarulhos nós tivemos 197, então, olha o critério das notas. Danos evitados, nós tivemos, terminou a obra em 2000 até 2010 do dia 11 de janeiro de 2011, na verdade, porque aí o Carlos mandou chover no Rio de Janeiro e em Petrópolis e caiu em nós aqui depois. Essa obra aguentou sem tipo de intervenção e nem tão pouco manutenção do DAEE, do assoreamento que o rio também depois da obra nesse período de 10 anos segurou. Bom, os danos evitáveis nesse período de 12 anos, em termos de pessoas, quando você fala sócio ambiental, eu tenho diretamente na borda do Rio Cabuçu 200 mil pessoas que moram, então eu tenho na borda tenho: Vila Sabrina, Jardim Julieta, Parque do Chaves, Jaçanã, Vila Nilo e Jardim Cabuçu, eu tenho aí 300 mil pessoas que estão na borda desse Rio, ainda atinge outro Município que é Guarulhos, que eu tenho: Parque São Rafael, Vila Galvão e Lago dos Patos que é um espaço turístico aqui na cidade de Guarulhos. E aí que aconteceu? Aí eu volto para fala do nosso prezado Pedro Luiz, o Pedro falou da intervenção urbana que as pessoas vêm e vão construindo e vão tomando espaço, foi o que o Azzoni comentou agora, nas áreas de APP. Essa obra que é um grande consórcio empresarial, no caso o Pedro deve tomar conhecimento e também que era de conhecimento da SIURB, porque também participavam aqui da nossa reunião do CADES, então tinha que ter conhecimento devido sobre essa obra. Para você ter ideia, Pedro, você engenheiro e dentro dessas condições, eles subiram o nível da Várzea, na curva, 724 metros de altura, eu tenho nas curvas sobre rodovias Dutra e Fernão dias.

Flávio, quando você comenta, vulnerabilidade técnica que aconteceu em 96? Toda canalização, e aí o Pedro tem experiência nisso, era afeita por dinamite, então quando chegou perto das bordas das rodovias se identificou um trabalho ali. Seria, ter um retorno quando as águas chegavam naquela curva, ela retornava para esse berço de Várzea que seria o que o Pedro notificou dos pôlders, nesse caso eram naturais, entendeu Pedro. E hoje a gente não sabe se a gente tem mais isso, o único documento ao longo desses dois anos de luta de toda a Sociedade local e da Agenda 21 do Vale do Rio Cabuçu, é que nós tivemos uma única resposta do estado que foi feita pela FABAT que é Fundação na Bacia Hidrográfica através do engenheiro Hélio Suliman. O Hélio disse o seguinte, em contato com a CETESB eles vão fazer marcos de concreto no entorno da APP, inclusive, quando a gente sentou para aquela reunião lá com o San Alex que falava sobre parque de inundação, era justamente para preservar essa área diante do que o próprio Fábio comentou a pouco, e que áreas poderiam conviver com a inundação e proteger a população. Então nós estamos tudo, tanto Flávio como Pedro, dentro desse contexto, mas hoje se faz necessário uma fiscalização aguda do qual a Secretaria do Verde, na época a Priscila tomou a frente disso e deve ter aberto um processo sobre isso também e que é altamente grave, só para você ter ideia eu acho que tem a presença do engenheiro Lacava, que conhece o Cabuçu como a palma da mão, até porque ele é aqui da região. Essas questões vocês não tem ideia a aflição que hoje nós estamos aqui na nossa região, só para você ter ideia Flávio, você que faz parte da USP de estudos, o primeiro córrego que eu tenho antes de chegar essa curva que tá a 650 metros é o Córrego da Comunidade do Violão, essa comunidade hoje reside, Pedro, a mais de 25 anos quase 4 mil pessoas, com potencial hidráulico, porque agora, o Pedro vai compreender isso, o Cabuçu virou um grande canal, ele não tem mais a área de várzea para ele se expandir quando vai atravessar a curva, então o que vai acontecer, Pedro? Ele vai para o primeiro córrego que ele encontrar, que é justamente o Córrego da Comunidade do Violão. E olha que detalhe, ao lado do córrego quando começa, nós temos aí, se você quiser anotar, o Terminal de Cargas Fernão Dias com

mais de 30 empresas que trabalham na recepção de equipamento e na continuidade tem-se aí o Violão. Então imagina são 3.000 mil nessa parte de a jusante aí, agora a montante que seria esses 12 e outros bairros que estão abaixo, a gente não sabe hoje o que vai acontecer nas primeiras duas semanas de janeiro de 2023. E a agressividade, Pedro e Flávio, elas acontecem todas as nossas principais enchentes, nós tivemos em janeiro de 2011 e depois em janeiro de 2017, sempre no período do El nino. É a mesma história que o Carlos está habituado no Rio de Janeiro, Petrópolis, Teresópolis e as cidades que estão ali naquela parte montanhosa do rio e na sequência, se você pesquisar aí, com certeza, o pessoal da USP vai pesquisar e a gente coloca à disposição, e o CADES também, porque o CADES tem todas as atas referente a isso, é uma grande discussão que a gente tem lá o apreço do próprio Carlos ou o próprio Azzoni quando comenta essa questão da APP é porque, e o Douglas também comenta, qual a diferença do espaço público para o espaço de propriedade civil né. Mas lá no nosso plano diretor está dizendo o seguinte: que toda área de fundo de Vale de acordo com, eu esqueci o artigo agora, acho que é 171 do plano diretor, diz que tem que ser protegida. É como se passasse um rio aqui na minha propriedade, eu tenho que proteger, porque eu não sei o que vai acontecer lá embaixo, então, hoje é até bom ter a nossa representante do Governo Federal, hoje a gente não sabe se a gente vai sucatear meio bilhão de reais em janeiro e a gente tem essa grande dúvida, e o pior de tudo, a gente não sabe quanto disso, em termos de Defesa Civil, nós vamos ter aqui de resultado de população embaixo d'água como aconteceu recentemente em Pernambuco. Isso está em ATA, inclusive, do CADES Municipal e que tinha a presença de membros da SIURB e tinha que ter o conhecimento. Até para vocês terem uma ideia, simples varejo nos temos três grandes pedras que não foram explodidas, estão embaixo ali da rodovia Dutra e que nessa obra do Paciência a gente foi pessoalmente conversar com a engenharia e falaram “não agora nós temos técnica para fazer isso quimicamente” mas isso foi a dois anos e até o presente momento não, nós estamos também brigando para vocês terem ideia, tanto o Flávio quanto os demais Conselheiros, no comitê de bacia, do subcomitê de bacias que tem aqui, estamos brigando com eles e as intervenções aí Carlos só para você conhecer mais ainda, houve uma nova intervenção na margem do Cabuçu, que aí é de responsabilidade da Subprefeitura e verificar se essa obra está devidamente autorizada ou não. Tem mais uma obra, inclusive Flávio, que fizeram intervenção e grande agora na própria margem, que são áreas de acomodação das águas que estão interferindo e vai interferir na nossa vida. Agradeço esse estudo, vou sim pegar o link, porque é uma grande base. Parabéns pelo trabalho, parabéns pelo CADES e parabéns Carlos, pelo risco né, porque realmente, nossa o Pedro Luiz aí é uma pessoa extremamente técnica e agradável e entender o que nós estamos vivendo, essa obra continua, Pedro e olha que interessante agora para finalizar, esse mesmo espaço onde vai ser construído 4 imensos galpões que ocupa hoje 150 mil metros quadrados que elevaram os 3 metros de altura e tornaram o Cabuçu uma espécie de uma mangueira agora, vai participar como pátio de manobras no metrô Linha Celeste a partir de 2025. Então, quer dizer, o metrô vai pagar por todas essas melhorias que eles estão fazendo, elevando, inclusive, era uma área... o Lacava tá aqui presente, era uma área de solo contaminado imenso e mexer com esse solo todo, levantar tudo para cima, é só você verem as fotos e isso tá numa reunião com o Lacava ele disse para mim, desculpa o termo, “isso vai dar mm Ramos, é muito perigoso”, e de fato é, nós estamos aqui com muito medo e nos colocamos à disposição de vocês, se vocês quiserem visitar, é o que você falou, alguns políticos agora nesse momento tão vindo nós procurar, mas a gente sabe que a essência tá aqui, junto de nós aqui, e a gente poder buscar a solução desse impacto, nesse momento que nós estamos ainda

falando de prevenção, esse é o critério mais importante. Agradeço aí, é a meio pergunta, mas aí eu joga para vocês essa bola e agradeço o CADES pela oportunidade da presença dos amigos aí, com certeza, do Douglas que a gente já se conhece de algum tempo de um outro projeto. Um agradecimento aí a vocês e vamos em frente.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Obrigado pelas considerações, são sempre bem-vindas e tenha certeza que a gente presta atenção. Ciara, você queria fazer algum comentário?

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Oi, bom dia a todos. Carlos como sempre obrigada, parabéns aos palestrantes de hoje. Jaciara Schaffer da zona Sul 2, só para ficar gravado. Pegando o gancho que o Pedro da SIURB também falou sobre que, eu acho que a SIURB tem essa flexibilidade, como ele mesmo falou que “Ah essas revisões periódicas dentro dos planos de ações de acordo com o que vai surgindo e essa própria como o Pedro falou, pegando também esse gancho do Pedro e do Flávio, quando ele diz que a finitude dos recursos financeiros que onera muito a cidade de São Paulo dentro dessa questão da drenagem. E sabendo nós Conselheiros do CADES Municipal que temos toda essa preocupação com a preservação da biodiversidade, que estamos sempre a frente, ganhando prêmios de sustentabilidade da cidade de São Paulo e projetando uma cidade mais resiliente, fica a minha questão, se a gente poderia baseado em soluções da natureza em drenagem como a Prefeitura de Belo Horizonte tem feito, eles estão transformando os piscinões em mais O (som ininteligível) nos Parques inundáveis, nas praças inundáveis, assim como os canteiros de chuvas e essas áreas que são mais apreciativas e contemplativas para a cidade de Belo Horizonte. Então aqui fica mais um convite que eu queria fazer até aos Conselheiros, que eu estou fazendo, foi até uma sincronicidade de datas, que a gente hoje deveria falar sobre IPTU Verde mais aí acabou falando sobre drenagem, e que eu ia justamente visitar o Carlos Eduardo para levar um projeto de erosão que tá tendo dentro de um parque do Severo Gomes, justamente que a gente ia trazer uma solução sustentável baseada na natureza com a convidada Juliana Alencar que é engenheira da USP com pós graduação em infraestrutura Verde Azul, e ela tem o link justamente de fazer uma apresentação com a Prefeitura de Belo Horizonte, reduzir os custos onerosos que são, a questão da drenagem da cidade e solucionando ainda e trazendo mais esse local como foi demonstrado hoje em projetos, que o Pedro e o Flávio nos trouxeram. Então, como que a gente poderia utilizar as soluções baseada na natureza, justamente com os recursos menos da nossa Prefeitura e trazendo uma cidade do qual a agente sempre aqui lutou como Conselheiros buscar, então aqui tem mais essa questão de perguntar a permissão da gente fazer essa apresentação no próximo mês e a minha visita amanhã para o Carlos Eduardo para eu levar essa apresentação para ele nos apoiar e ver tudo isso, ou amanhã ou na sexta, ou de acordo com a sua agenda. Foi uma sincronicidade mesmo. Obrigada por tudo mesmo, a todos.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Bom dia, Ciara. Muito obrigado, estou aqui esperando não só você como todos de braços abertos. Não canso de falar, a nossa porta está sempre aberta. Nem sempre a gente consegue atender tudo que nos pedem, mas a gente está sempre tentando dar o nosso melhor. Mais alguém?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: O Marco Lacava acabou de levantar a mão.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Ah, tá bom! Então vamos lá, Lacava. Bem-vindo.

Marco Antônio Lacava – CMSP: Bom dia Secretário, bom dia companheiros. Eu não poderia deixar de manifestar diante do lamento do nosso querido Conselheiro Ramos. Ele tem sido o porta voz da sociedade, ele cumpre seu papel, ele se esforça, ele é dedicado, ele é um técnico competente e eu só tenho a lamentar, infelizmente Ramos e demais companheiros o poder público mais uma vez diante de uma situação de grave risco, eu considero tanto quando ele a gravidade do problema, porque conheço a região, conheço o trabalho que foi feito no Rio Cabuçu, particularmente, fiz uma tese de mestrado considerando o balanço hídrico do reservatório do Cabuçu de Guarulhos. Então, eu tenho ciência da gravidade do problema e principalmente daquilo que o Ramos representa, o reclamo da sociedade e a preocupação para prevenir uma situação que é morte anunciada, realmente, o Ramos tem toda razão. Aquela região, exatamente naquele local, não poderia estar sendo submetida a uma intervenção que provavelmente e com muita probabilidade causará problemas ao em torno. Então, meu amigo Ramos, companheiros e Secretário, eu só tenho a lamentar, não tem como deter, não tem como se alterar, tem que agora apelar para Deus e orar para que as vítimas sejam menores, menor número, mas que causará problemas... A intervenção está sendo feita naquela bacia, naquele local. O Ramos a muito tempo, não é de hoje, tem levantado problemas mas o poder público, infelizmente, não pelo Ramos, mas pelo que ele representa, a entidade em nome está levantando um sério problema que vai realmente, nós vamos pagar para ver e vamos ver (som ininteligível) está quase concluída, passei por lá outro dia e sou testemunha do teu esforço, do teu trabalho e cumprimento pela boa fé que você tem, no sentido de trazer para os poderes públicos um alerta, mas que infelizmente esse alerta não surtiu o efeito desejado da paralização da obra, da intervenção e até mesmo (som ininteligível) e o pior, você bem disse no final da palavra, tá se fazendo uma obra onde o metrô vai ter que desapropriar e pagar um fortuna para poder modificar o cenário e aí sim tratar o tema com outro foco, porque com certeza os técnicos do metrô estarão fazendo um estudo para ver como tratar aquela bacia para poder instalar nela um terminal de metrô, o que não foi feito, simplesmente foram dadas as licenças necessárias para se executar esse projeto que daqui a 2/3 anos causar sérios problemas e nós vamos ver aí o metrô tendo que resolver essa questão, porque vai desapropriar e vai gastar uma fortuna para fazer rebaixamento do lençol freático, para fazer o tratamento necessário naquela bacia hidrográfica. Era só o que eu tinha para colocar. Parabéns, Ramos.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Lacava, obrigado. Como sempre você e o Ramos tão sempre nos auxiliando, chamando atenção e nós instruindo sobre muitos pontos que a gente deveria ter atenção. Então, mais uma obrigado e incentivo aí a não só vocês, mas como todos os Conselheiros principalmente os mais especializados a contribuir com as nossas discussões. Liliane, vamos para o 4º ponto?

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Vamos sim Secretário. Estou falando com a Ciara pelo chat. A nossa próxima reunião é dia 19 de outubro, tá Ciara.

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Oi, Lili. Obrigada. Eu coloquei errado na minha agenda, obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Tá Ciara, como estou falando com você pelo chat, a próxima reunião é dia 19/10. Então, como você já se manifestou com a pauta, fica em aberto então para sua apresentação, só me encaminha via e-mail, fazendo o favor, a sua apresentação para a gente encaminhar para os demais Conselheiros.

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Tá bom. Vou providenciar tudo isso. Obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: E quanto ao IPTU Verde que seria sim apresentado nessa reunião, estamos ainda pesquisando para ser apresentado, tá. A gente não vai deixar para trás isso aí, nós vamos apresentar sim.

Jaciara Schaffer Rocha – SAJAPE: Está ótimo. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda – Coordenadora do CADES: Obrigada você. Ciara. Passando agora para o 4º ponto do expediente do dia, sugestão e temas de pauta para futuras reunião do CADES, por favor encaminhar via e-mail ca-des@prefeitura.sp.gov.br E lembrando que todas as reuniões são encaminhadas via e-mail e também pelo WhatsApp, o link, uma semana antes, como está no nosso decreto. Então, eu peço a gentileza de todos, que fiquem atentos no e-mail e no WhatsApp que é enviado, porque a gente teve várias perguntas aqui e manifestações no chat durante a nossa reunião de hoje dizendo que não receberam o link, então se vocês voltarem um pouquinho antes que eu já cliquei para vocês está lá marcado o link da nossa reunião e também via e-mail. Por gentileza, eu peço a vocês que tenham um pouquinho mais de atenção na parte do link que é sempre enviado uma semana antes. Carlos, por favor.

Carlos Eduardo Guimarães – Secretário Adjunto SVMA: Eu agradeço a presença de todos, dou meus parabéns e agradecendo muito as apresentações realizadas, os comentários, as indicações, o envolvimento de todos e com isso desejando aí uma ótima semana para todos e final de semana. Dou dessa forma por encerrada a nossa reunião. Agradeço a todos pela presença e um ótimo dia e semana a todos. Tchau, até a próxima.

EDUARDO DE CASTRO

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –

CADES